

Em 2012, eleita a Melhor Empresa do Ano para trabalhar, e pela 6ª vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País

Relatório da Administração 2012

Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro"), do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, elaborados de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil e acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

1 Mensagem do Presidente

Segurança, eficiência, superação e, sobretudo, a felicidade das mais de 3.600 pessoas que formam o nosso time marcaram o desempenho da Elektro em 2012. O ano foi especial e certamente um dos mais importantes da nossa história. Fomos reconhecidos, pela primeira vez, como a Melhor Empresa para Você Trabalhar em 2012 pelo Guia Você S/A, com índice de Felicidade no Trabalho de 92,5%. A excelência de nossas pessoas também foi destacada pela revista Época - Great Place to Work como a quinta Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil em 2012 na categoria Grandes Multinacionais e Nacionais.

Pela sexta vez conquistamos o título de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País entre as empresas com mais de 500 mil clientes, conferido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Também vencemos nas categorias Gestão Operacional e Avaliação pelo Cliente. Outro importante reconhecimento foi o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno. A maturidade dos nossos processos e as ótimas práticas empresariais nos garantiram, pela segunda vez consecutiva, estar entre as 21 empresas-modelo em sustentabilidade no Brasil, segundo o Guia Exame de Sustentabilidade.

Conquistamos reconhecimentos excepcionais em um cenário marcado por obstáculos, mas que nos permitiram transformar os momentos adversos em desafios e oportunidades. A conclusão do terceiro ciclo de revisão tarifária resultou em redução das tarifas de energia e, conseqüentemente, em um impacto significativo nos resultados da Companhia.

Além do aspecto setorial, questões macroeconômicas traduziram-se em baixo crescimento da economia, com desaceleração da produção industrial e alta da inadimplência dos consumidores em todo o País, com impacto adicional sobre nossa receita operacional bruta, que somou R\$ 5,4 bilhões, ligeiramente acima do resultado de 2011, quando atingiu R\$ 5,3 bilhões.

Nosso custo de energia comprada para revenda sofreu forte elevação, de 21,5% em relação a 2011, fruto principalmente dos custos associados à maior geração de energia térmica, necessária frente ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Situação essa que continua oferecendo desafios para 2013, tanto no que tange à segurança do suprimento de energia no país, como à necessidade de ações visando mitigar os impactos para as distribuidoras.

Tais impactos têm sido atenuados pela busca contínua por eficiência, com inovações e melhorias de processos que permitiram a redução superior a R\$ 40 milhões nos custos operacionais em um único ano. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, e o lucro líquido foram, respectivamente, de R\$ 698 milhões e R\$ 358 milhões. Além disso, mantivemos o nível histórico dos investimentos correntes, totalizando R\$ 304 milhões* em 2012, destinados a expansão, aperfeiçoamento e preservação do sistema elétrico, prezando pela melhoria contínua do desempenho dos nossos serviços.

Conectamos cerca de 55 mil novos clientes à nossa rede, distribuindo energia e qualidade de vida à aproximadamente 6 milhões de pessoas atendidas em 228 municípios da nossa área de concessão - 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. Concluímos, com sucesso, a sexta emissão de debêntures, no valor de R\$ 650 milhões, com a demanda superando em mais de três vezes a oferta inicial. Assim, asseguramos um dos custos mais baixos em emissões realizadas no mercado brasileiro em 2012 com *rating* "brAAA", o melhor da escala de classificação de risco atribuído pela agência *Standard & Poor's*, o que reflete a percepção do mercado sobre a Elektro como uma companhia diferenciada, com alta qualidade de crédito. Além disso, nosso *rating* corporativo foi reafirmado pela *Standard & Poor's* também em "brAAA", mantendo-se neste patamar desde 1º de julho de 2010.

Adicionalmente, foi um ano em que consolidamos a mudança do nosso controle acionário e concluímos nossa integração ao Grupo Iberdrola. Esse poderia ser um momento de incerteza na companhia, o que normalmente ocorre em empresas que passam por este cenário, porém o processo de integração transcorreu de forma muito tranquila. Nossa cultura organizacional tem sido fundamental para nos integrarmos ao Grupo Iberdrola, um dos maiores do mundo em energia.

Criamos instrumentos claros e factíveis para que as pessoas decidissem construir as suas carreiras na Elektro. Não retemos talentos - proporcionamos opções para que os melhores profissionais decidam trabalhar aqui. Como exemplo especial da capacidade do nosso time, em 2012 mais de 80% das vagas da empresa foram preenchidas por meio de recrutamento interno, um recorde histórico para nós. Para assegurarmos que a felicidade e a opção de estar aqui se convertessem em resultados e eficiências, aplicamos fortemente o valor comunicação, permitindo que os colaboradores conhecessem, sempre e profundamente, a estratégia da companhia. Envolvemos colaboradores de todas as localidades durante o Encontro Elektro e o Diálogo Estratégico, importantes ações corporativas, com a participação efetiva da Diretoria, na qual alinharmos objetivos, compromissos e estratégias para que, juntos, possamos continuar construindo a brilhante história da Elektro.

No entanto, tivemos cinco acidentes com afastamento - mesmo sendo apenas um com choque elétrico, ainda que sem gravidade, isto não é aceitável considerando os padrões que nos impomos. Nosso propósito é fortemente voltado para a segurança e a integridade plena das nossas pessoas. Nossa meta é acidente zero, e nessa direção temos de reforçar o comportamento seguro, para que os colaboradores cumpram, sempre, os procedimentos e instruções da companhia. Garantir a vida é obrigação de cada uma das pessoas que formam o nosso time. A segurança, nosso valor número um, é inegociável.

Seguimos os dez princípios do Pacto Global, iniciativa das Nações Unidas por uma ação comprometida com a sustentabilidade. Nossas decisões e ações empresariais são sempre permeadas pela preocupação com os aspectos e impactos relevantes a cada um dos nossos públicos de relacionamento, e principalmente os nossos colaboradores. É a eles que agradecemos os resultados alcançados, e é com eles que contamos para enfrentar e superar os desafios de 2013. Nós somos a Elektro, uma empresa feita pelo que há de melhor: nossas pessoas.

Marcio Fernandes | Diretor-Presidente da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

2 A Elektro e o Mercado de Capitais

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

Composição Acionária Atual						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
Participação sobre o Total de Ações		47,42%		52,58%		100,00%

A Elektro é controlada diretamente pela holding Iberdrola Brasil S.A., titular de 99,68% das ações, e indiretamente pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha.

Em 2012, como a Elektro atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76, será apresentada à Assembleia Geral a proposta de distribuição a seus acionistas de 100% do lucro do exercício na forma de dividendos e juros sobre capital próprio.

3 Ambiente Econômico

O ano de 2012 foi marcado por sinais de incerteza, com perspectivas de baixo crescimento econômico e produção industrial, tanto no mercado interno quanto externo. Nas economias maduras, como nos Estados Unidos e principalmente na Europa, altas taxas de desemprego por longo período, aliadas à implementação de ajustes fiscais, com cortes de gastos e aumentos de impostos, e às incertezas de ordem política, traduzem-se em projeções de baixo crescimento no curto prazo.

Em relação à política monetária, persiste, de modo geral, uma postura expansionista, sendo que as taxas de juros oficiais de importantes economias, tais como Estados Unidos, Zona do Euro, Japão e Reino Unido seguem as mínimas históricas. Os núcleos de inflação continuam em níveis moderados nesses países.

No Brasil, as medidas de estímulo adotadas pelo governo brasileiro para incentivar setores da indústria não foram suficientes para impulsionar a produção industrial em 2012, que registrou uma redução de 2,7% no acumulado do ano, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a expectativa com relação ao PIB de 2012 é de um crescimento abaixo de 1%, de acordo com a pesquisa Focus do Banco Central de 4 de janeiro de 2013.

Em 2012, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 8,94% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,0435/US\$ no encerramento de dezembro de 2012 contra R\$ 1,8758/US\$ em dezembro de 2011.

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 7,81%, com aumento de 2,71 pontos percentuais em relação ao resultado de 2011, quando apresentou uma inflação de 5,10%, impactado principalmente pelo aumento dos preços dos produtos agropecuários.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 5,84%, com redução de 0,66 ponto percentual em relação ao ano anterior (6,50%). Contribuiu fortemente para a desaceleração do índice a redução no grupo de transportes, especialmente no preço de veículos novos e usados e de combustíveis.

O Comitê de Política Monetária (Copom), dando continuidade ao processo de ajuste das condições monetárias, decidiu em 10 de outubro de 2012 reduzir novamente a taxa Selic para o mais baixo índice da história, 7,25% a.a., e em 28 de novembro de 2012 deliberou sobre a manutenção deste índice, sem viés, decisão ratificada na reunião de 16 de janeiro de 2013. Em 30 de junho, o Conselho Monetário Nacional alterou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6,0%, fixada neste nível desde julho de 2009, para 5,5% a.a., e em 27 de setembro reafirmou a manutenção desta taxa até dezembro de 2012, quando então anunciou nova redução, para 5,0% a.a., o mais baixo patamar desde sua criação em 1994, taxa que entrou em vigor em janeiro de 2013 e será mantida, pelo menos, ao longo do primeiro trimestre de 2013.

Em 2012, as exportações apresentaram valor de US\$ 242,6 bilhões, o que representou uma retração de 5,3% sobre o ano anterior. As importações, por sua vez, somaram US\$ 223,1 bilhões com queda de 1,4% sobre 2011. O superávit comercial acumulado em 2012 totalizou US\$ 19,4 bilhões, 34,8% abaixo do registrado no ano anterior (US\$ 29,8 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada	
	2012	2011
Taxa de Câmbio R\$/US\$ *	2,0435	1,8758
Valorização/(desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-8,94%	-12,58%
IGP-M	7,81%	5,10%
IPCA	5,84%	6,50%
CDI	8,15%	11,62%
TJLP	5,75%	6,00%

* Cotação no encerramento do exercício social.

(1) Inclui investimentos realizados com recursos de clientes.

(2) As variações na Receita de Construção não afetam o Resultado da Companhia, pois são uma contrapartida das variações do Custo de Construção, dado que, no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil, não há margem na prestação deste serviço (maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 12.3).

(3) De acordo com a legislação vigente, os custos de compra de energia são totalmente repassáveis às tarifas por intermédio das revisões e reajustes tarifários, respeitando os limites de contratação estabelecidos em lei, que estão entre 100% e 103% da carga cativa. O gerenciamento eficiente da compra de energia da Elektro tem possibilitado o repasse integral à tarifa, sendo que o percentual estimado no encerramento de 2012 entre volume contratado de energia e carga cativa era de 100,5%, e que a apuração final depende da divulgação da contabilização da CCEE.

(4) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 357,677 milhões) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 55,211 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 144,796 milhões), e depreciação e amortização (R\$ 139,960 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

(5) O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

4 Assuntos Regulatórios

4.1. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. Em 27 de agosto de 2011, ocorreria a 3ª Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia. Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreu em 27 de agosto de 2012, com efeitos retroativos a 27 de agosto de 2011.

O efeito do 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Elektro combinado ao Reajuste Anual de 2012, referente ao período de 27 de agosto de 2011 a 26 de agosto de 2012, resultou em uma redução média de 3,05% nas tarifas para o consumidor, aplicadas a partir de 27 de agosto de 2012. Para o componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária, foi definido que o montante, no valor de R\$ 253,4 milhões, será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários anuais subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário Anual de 2012. De acordo com a Nota Técnica nº 255/2012, no reajuste tarifário de 2012, cuja tarifa vigorará até agosto de 2013, foi incorporada a devolução de um terço deste valor (para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 5).

4.2. Medida Provisória 579/12

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 (MP 579), assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. No intuito de contemplar as reduções nas tarifas, a ANEEL realizou Revisão Tarifária Extraordinária para todas as Distribuidoras em 24 de janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para o consumidor da Revisão Tarifária Extraordinária da Elektro foi uma redução de 20,34% nas tarifas (para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 1).

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 e a redução dos encargos setoriais não causarão impactos diretos no Resultado ou no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028. Adicionalmente, a Revisão Tarifária Extraordinária implicou apenas em ajuste da Parcela A, não gerando alterações da Parcela B.

5 Desempenho Comercial

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

Em 2012, a Elektro forneceu 11.974 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 0,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12.008 GWh).

Este resultado é consequência, principalmente, do desempenho da classe industrial, com decréscimo de 11,7% em relação a 2011, em razão do fraco desempenho da Produção Industrial, com retração de 2,7% no acumulado até dezembro de 2012, segundo o IBGE, e reflexo da migração de clientes cativos para o mercado livre. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, esta classe apresentou crescimento de 0,6% no consumo acumulado até dezembro de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 3,8% e 12,2%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho destas classes está fortemente impactado pela regularização do código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), em cumprimento à Resolução 414/10 da ANEEL, que resultou na migração de clientes da classe residencial para a comercial. Expurgando esta migração entre classes, o crescimento da classe residencial passa a ser de 5,2% e da classe comercial de 7,6%.

A classe rural apresentou crescimento no consumo de 2,1% em 2012, comparativamente ao ano anterior. Os altos índices pluviométricos registrados nos meses de maio e junho deste ano, e consequente redução do consumo em função da menor necessidade de irrigação, afetaram negativamente o consumo dos meses de junho e julho, contribuindo para o baixo desempenho da classe.

Na área de concessão, o crescimento do mercado da Elektro foi de 3,2% no acumulado de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que o mercado cativo apresentou redução no consumo de 0,3% e os clientes livres crescimento de 15,2%. Cabe ressaltar que o expressivo crescimento do consumo dos clientes livres foi impactado pela migração de clientes industriais do mercado cativo para o livre, resultando no crescimento da demanda dos clientes livres e geradoras de 11,9% quando comparado ao mesmo período de 2011. Em dezembro de 2011, a Elektro possuía 70 clientes livres, frente a 104 clientes em dezembro deste ano. A Receita de Fornecimento de Energia e do Uso do Sistema de Distribuição cresceu de 0,8% em 2012 sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 4.965,7 milhões contra R\$ 4.924,6 milhões em 2011.

Em dezembro deste ano foram atendidos 2.308 mil clientes, um crescimento de 2,4%, ou um acréscimo de 53,7 mil novos clientes quando comparado ao ano de 2011, decorrente do crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do aumento do número de domicílios ligados à rede elétrica.

5.2. Contratos de Compra de Energia

Em 2012, 76,1% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado. Destaca-se nesta modalidade o aumento da energia comprada de fontes térmicas, que passou de 13,2% do total do suprimento de energia proveniente de Leilões em 2011 para 21,2% em 2012, consequência do cenário atual de baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram os menores patamares desde 2001, e teve como resultado o aumento do Custo de Energia Comprada, conforme detalhado no item 6.

A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 21,0% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,3% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfra) e 0,6% decorreram de contratos bilaterais.

6 Resultados

Em 2012, a Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 5,4 bilhões, com incremento de 0,7%, quando comparada a 2011. As Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 3.570 milhões, registrando ligeira alta de 0,2% em relação a 2011 (R\$ 3.564 milhões). A variação observada deve-se principalmente à (i) redução nas tarifas praticadas a partir de 27 de agosto de 2012, como efeito da combinação do resultado da Revisão Tarifária de 2011 (postergada para 2012, com efeitos retroativos a 2011) com o resultado do Reajuste Tarifário de 2012, com efeito médio percebido pelo consumidor de -3,05%, (ii) redução de 11,7% no consumo de clientes cativos da classe industrial, reflexo do fraco desempenho da Produção Industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, (iii) redução da Receita de Construção² devido ao menor volume total de Investimentos em 2012 em relação a 2011 e (iv) contabilização das receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como Obrigações Especiais a partir do 3º Ciclo de Revisão Tarifária no valor de R\$ 22,5 milhões em 2012, o que não ocorreu até agosto de 2011.

O Custo da Energia Comprada para Revenda³ cresceu 21,5% em comparação a 2011, registrando R\$ 2.078,6 milhões, devido principalmente ao maior despacho de usinas térmicas (cujo custo da energia é mais elevado), consequência do cenário atual de baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram os menores patamares desde 2001. Dentre outros fatores responsáveis pelo aumento do custo de energia em 2012, citam-se o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para as Distribuidoras de Energia Elétrica a partir de setembro de 2012, o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado spot a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados, além do aumento da cotação do dólar da energia comprada de Itaipu. Os Custos e Despesas Operacionais somaram R\$ 646,3 milhões, registrando retração de 15,6% (R\$ 119,2 milhões) em relação a 2011, resultado principalmente de: (i) inovações e melhorias de processos que permitiram uma redução de mais de R\$ 40 milhões em Custos e Despesas Operacionais Diversos, (ii) despesas não recorrentes em 2011 com a perda na desativação e alienação de bens no montante de R\$ 61,7 milhões, decorrente do inventário físico realizado em atendimento à Resolução 367/09 da ANEEL, (iii) redução de R\$ 19,2 milhões em despesas com amortização de intangível em função da alteração das taxas de depreciação, estabelecida pela Resolução Normativa da ANEEL nº 474/12, (iv) efeitos parcialmente compensados pelo aumento da Provisão para Devedores Duvidosos no montante de R\$ 16,3 milhões, resultado do maior nível de endividamento das famílias e da implantação, desde 2011, da Resolução 414/10 da ANEEL.

O Resultado do Serviço foi de R\$ 557,7 milhões, com redução da margem em 28,6%, que passou de 21,9% em 2011 para 15,6% em 2012, decorrente principalmente do efeito da redução das tarifas sobre a Receita combinado ao aumento do Custo da Energia Comprada (R\$ 367,7 milhões), parcialmente compensados pela redução nos Custos e Despesas Operacionais (R\$ 119,2 milhões). O EBITDA⁴ encerrou o período em R\$ 697,6 milhões, com redução de 25,9% na margem EBITDA em relação a 2011 (de 26,4% em 2011 para 19,5% em 2012), decorrente das mesmas variações no Resultado do Serviço descritas acima.

Em ambos os exercícios, 2011 e 2012, o Resultado da Companhia está impactado por eventos que serão repassados na tarifa nos Reajustes Tarifários. As Receitas Operacionais Líquidas contém um efeito positivo de R\$ 158,1 milhões em 2011 e R\$ 252,8 milhões em 2012, relacionados, principalmente, com a postergação da Revisão Tarifária de agosto de 2011 para agosto de 2012. Os Custos de Energia Comprada para Revenda também contém efeitos que são repassados nos reajustes tarifários, positivo de R\$ 8,7 milhões em 2011 e negativo de R\$ 245,7 milhões em 2012. Notadamente em 2012, estes custos de energia estão elevados em função do despacho das usinas térmicas, já mencionado. Se efetuados os ajustes para exclusão desses eventos em ambos os exercícios, considerando os repasses desses valores nas tarifas da Companhia, o EBITDA ajustado de 2011 seria de R\$ 773,2 milhões e o de 2012 seria de R\$ 690,5 milhões, apresentando uma redução de 10,7%. A Companhia entende que esses ajustes são necessários para um adequado entendimento dos níveis de geração de caixa operacional, descontados os efeitos temporários decorrentes do descasamento entre variações de custos não gerenciáveis, e o reflexo destas variações nas Receitas, que, conforme a regulação do setor, se darão a partir da Revisão ou Reajuste Tarifário subsequente.

O Resultado Financeiro em 2012 foi uma despesa líquida de R\$ 55,2 milhões, apresentando redução de 24,1% sobre a despesa financeira líquida auferida no mesmo período de 2011 (R\$ 72,7 milhões). A variação observada ocorreu principalmente devido à (i) maior receita financeira devido à contabilização no valor de R\$ 11,6 milhões da marcação a mercado do ativo financeiro⁵ (vide Nota Explicativa nº 12.1) (ii) maiores receitas de variação monetária referentes ao recebimento de contas em atraso devido à alta do IGP-M e (iii) menores despesas com juros e variação monetária de empréstimos com terceiros e debêntures devido à redução dos principais indexadores das dívidas da Companhia (CDI, IPCA e TJLP) e captações com condições mais atrativas, efeitos parcialmente compensados pela (iv) menor receita de aplicações financeiras, relacionada à redução da taxa de CDI e (v) variação na atualização monetária de provisões no valor de R\$ 5,9 milhões.

A Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 357,7 milhões em 2012, com redução de 27,5% na margem líquida, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de 13,8% em 2011 para 10,0% em 2012.

6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 23 de janeiro de 2012, ocorreu o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 71,6 milhões, referente ao exercício social de 2011.

Em 28 de março de 2012, a Assembleia Geral aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134,7 milhões, referente ao exercício social de 2011 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio) e cujo pagamento ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

Os dividendos intermediários no valor de R\$ 203,5 milhões, apurados com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2012, foram pagos em três parcelas iguais de R\$ 67,8 milhões cada uma, nos dias 24 de agosto, 26 de outubro e 21 de dezembro de 2012. O pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 92,0 milhões, referente ao exercício social de 2012, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 19 de outubro de 2012 e será realizado no exercício social de 2013.

A proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 46,6 milhões, referente ao exercício social de 2012 (deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio) foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2013 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente.

7 Estrutura de Capital

A Elektro encerrou o ano de 2012 com endividamento líquido de R\$ 1,1 bilhão (12,7% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2011), resultado do endividamento total de R\$ 1.656,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 583,5 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 74% do total do endividamento. O endividamento líquido em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 951,9 milhões.

Durante o ano de 2012, a empresa captou R\$ 88,7 milhões para financiar seu programa de investimentos, através de linhas de financiamento já existentes:

- (i) BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 65,6 milhões;
- (ii) Eletrobrás: R\$ 16,1 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- (iii) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos): R\$ 7,0 milhões para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos.

Em 12 de setembro de 2012, a Elektro efetuou a 6ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, no montante total de R\$ 650 milhões, com vencimento em 12 de setembro de 2017 (5 anos), 12 de setembro de 2019 (7 anos) e 12 de setembro de 2022 (10 anos), respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 220 milhões, é remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,74%, a 2ª série, no valor de R\$ 100 milhões, à taxa IPCA acrescida de 5,10% e a 3ª série, no valor de R\$ 330 milhões, à taxa IPCA acrescida de 5,50%.

Os recursos provenientes das debêntures foram utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão da Elektro⁶ e para antecipação das necessidades de captação de 2013.

A alteração da Estrutura de Capital no encerramento do ano, passando de um grau de alavancagem⁷ de 41% em 2011 para 36% em 2012 deve-se, principalmente, ao aumento do Patrimônio Líquido decorrente da reestruturação societária que incorporou o ágio da controladora na conta de Reserva de Capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade		Indexador	
Debêntures	59,9%	IPCA	25,6%
BNDES Finem/Finame	8,0%	CDI	57,3%
Eletrobras	6,2%	TJLP	8,6%
Finep	2,9%	RGR	6,2%
Linha 4131*	22,0%	FINEP**	2,3%
Arrendamento mercantil	1,0%		
	100,0%		100,0%

* Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de swap para CDI.

** Considera recursos da FINEP sem indexação.

8 Classificação de Risco

Em 23 de maio, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também foram classificadas em 'brAAA'.

9 Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*Swap*) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

As operações com instrumentos derivativos estão contabilizadas a valor de mercado (vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 32).

10 Fluxo de Caixa

Em 2012 a geração líquida de caixa foi de R\$ 297,7 milhões, superior em R\$ 235,6 milhões a 2011. As principais justificativas são: Maior geração de caixa nas atividades de financiamento após o pagamento de dividendos, superior em R\$ 391,4 milhões a 2011, parcialmente compensada pela menor geração operacional de caixa (R\$ 154,8 milhões), em virtude principalmente dos menores resultados de 2012 em relação a 2011 (vide detalhe no item 6). A variação positiva nas atividades de financiamento está detalhada a seguir:

(i) Captação de R\$ 737,4 milhões em 2012 principalmente através da 6ª emissão de debêntures no valor de R\$ 650,0 milhões, recurso utilizado no resgate antecipado da 4ª emissão no montante de R\$ 300,0 milhões e na antecipação da necessidade de captação de 2013. Em 2011 as captações haviam alcançado o valor de R\$ 753,1 milhões, porém ocorreram amortizações maiores em relação a 2012 no valor de R\$ 311,0 milhões, sendo (a) pagamento antecipado dos financiamentos junto ao BNDES, (b) liquidação da 2ª Emissão de Debêntures e (c) amortização da linha de financiamento de curto prazo denominada em moeda estrangeira.

(ii) Menor montante (R\$ 77,9 milhões) de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pagos.

O consumo de caixa nas atividades de Investimento se manteve praticamente inalterado.

11 Investimentos e Modernização

No ano de 2012, a Elektro investiu R\$ 304,4 milhões, dos quais R\$ 12,4 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos foram:

- (i) R\$ 248,0 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 75,9 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico,
 - (b) R\$ 35,4 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas,
 - (c) R\$ 111,4 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão,
 - (d) R\$ 25,3 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota, e
- (ii) R\$ 44,0 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 9,5 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 583 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - (b) R\$ 34,5 milhões referente a Programas de Universalização, que determinam o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

As variações dos investimentos realizados em 2012 em comparação com os investimentos de 2010 e 2011 se devem, principalmente, a investimentos não recorrentes nos períodos anteriores, tais como: (i) implantação do projeto Novas Tecnologias em 2010, (ii) investimentos em tecnologia da informação e infraestrutura para atendimento à Resolução 414/10 (ANEEL), que estabeleceu a abertura de novas agências de atendimento presencial, (iii) implementação do processo de Leitura e Entrega Simultânea de Contas de Energia e (iv) atendimento à Resolução ANEEL 367 em 2011. Os investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico foram superiores em 2012 em R\$ 18,3 milhões em relação à 2010 e R\$ 33,3 milhões em relação à 2011, devido ao aumento do número de obras em subestações e linhas de transmissão e à instalação de religadores, que permitem o aumento da robustez da rede de distribuição visando a melhoria nos indicadores de qualidade do fornecimento.

12 Desempenho Operacional

12.1. DEC e FEC

Destacam-se como principais indicadores operacionais de qualidade de fornecimento da Companhia os indicadores FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor). Seu resultado é um reflexo do compromisso da Elektro com a eficiência e fruto de investimentos em novas tecnologias e processos inovadores, que culminaram em 2012 no reconhecimento, pela oitava vez, com o prêmio de Melhor Gestão Operacional, concedido pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica).

O indicador FEC anualizado em dezembro de 2012 apresentou ligeira queda em relação ao indicador de dezembro de 2011 e é um dos melhores resultados da história da Elektro, com 5,33 interrupções no ano, indicando que os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva e preditiva, utilização de novas tecnologias e componentes de rede, que aprimoraram a robustez do sistema, garantiram melhor confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

O indicador DEC anualizado em dezembro de 2012 registrou elevação em relação ao mesmo período de 2010 e 2011, com 9,80 horas, afetado pelas situações atípicas ocorridas em 2012, notadamente o outono mais chuvoso dos últimos 23 anos e a tempestade ocorrida nos últimos dias de setembro, que afetou principalmente as regiões Oeste e Sul do Estado de São Paulo, e as fortes chuvas de dezembro, mês em que a quantidade de eventos acidentais aumentou 61,7% em relação ao mesmo período de 2011, causando grande impacto sobre os sistemas de distribuição de energia elétrica.

12.2. Perdas

Em dezembro de 2012 as perdas globais apresentaram elevação quando comparadas a dezembro de 2010 e 2011, registrando o índice de 8,00%, contra 6,98% e 6,97%, respectivamente. Destaca-se como principal fator de elevação do índice a alteração de critério de cálculo, a partir do mês de setembro de 2012, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs) para todas as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 672/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para Elektro seja de 0,8% até dezembro de 2012, estimativa que está refletida no número divulgado pela Companhia.

Excluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DITs, o índice de perdas de dezembro de 2012 seria de 7,20%, resultado ligeiramente acima dos anos anteriores em função, principalmente, do menor crescimento do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico em alta tensão, cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão.

13 Meio Ambiente

No desempenho das atividades operacionais, a Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2012, destinou R\$ 73,8 milhões (comparado a R\$ 51,7 milhões em 2011) em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

14 Reconhecimentos

Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, Melhor Gestão Operacional e Avaliação pelo Cliente: premiada pela 6ª vez como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, pela 8ª vez Melhor Gestão Operacional e pela 2ª vez Melhor Avaliação pelo Cliente.

Melhor Empresa para Você Trabalhar do Ano pelo Guia Você S/A: eleita a Melhor Empresa do Ano pelo Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2012, com um Índice de Felicidade no Trabalho de 92,5%.

Entre as Melhores Empresas para Trabalhar do País pela Revista Época / Great Place to Work: pelo segundo ano consecutivo, considerada entre as Melhores Empresas para Trabalhar do País, sendo premiada com a 5ª colocação no ranking geral e ficando em 1º lugar entre as Distribuidoras de Energia Elétrica participantes, com 93% de satisfação na Pesquisa de Clima. Em 2011, ocupou a 19ª colocação no ranking geral.

Prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor): reconhecida com o 1º lugar na categoria "Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras residenciais". A pesquisa mede o grau de satisfação dos clientes e sua percepção em relação à qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente: conquistou o XIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, concedido pela revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica.

Empresa Modelo de Sustentabilidade no Brasil pelo Guia Exame de Sustentabilidade: reconhecida, pela segunda vez consecutiva, entre as 20 empresas-modelo de sustentabilidade no Brasil.

Prêmio Medalha Eloy Chaves: recebeu, pela quinta vez, a medalha concedida há 30 anos pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), com apoio da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (FUNCOGE), que reconhece as melhores empresas no setor elétrico no quesito segurança, tendo sido contemplada com o 2º lugar.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida: foi reconhecida no PNQV[®] - Prêmio Nacional de Qualidade de Vida ciclo 2011, da ABQV, Associação Brasileira de Qualidade de Vida.

⁽⁶⁾ Emitida em 15 de julho de 2010 em duas séries indexadas ao CDI, com remuneração de 1,15% e 1,25%, para os vencimentos de 4 e 5 anos, respectivamente.

⁽⁷⁾ Medido pela relação dívida líquida sobre dívida líquida mais patrimônio líquido.

15 Informações sobre Serviços da Empresa de Auditoria Independente da Elektro

A Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (E&Y) foi contratada pela Elektro em 2012 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações trimestrais, assim como para alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de assecuração e/ou serviços de auditoria externa. A E&Y não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2012.

16 Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

17 Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo (CAUD) é um órgão interno de caráter permanente, informativo e consultivo, sem funções executivas, composto por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração entre seus membros e constituído por decisão do próprio Conselho de Administração de 27 de junho de 2011, que referendou o Regimento do CAUD em 10 de novembro de 2011, determinando os princípios, formas de atuação e o seu regime de funcionamento.

São atribuições do CAUD auxiliar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade das demonstrações financeiras e controles internos da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) da independência e qualificações do auditor independente externo e (iv) da área de Auditoria e Controles Internos da Companhia.

A atuação do CAUD em 2012 foi focada na avaliação de processos de negócio considerados estratégicos, com o objetivo de identificar aspectos de melhoria e garantir as suas implantações, assim como a eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras disponibilizadas ao mercado, garantindo a exatidão e transparências das mesmas. Ao longo do ano foram realizadas 12 reuniões que englobaram, dentre outros, a avaliação sobre os Sistemas de Controle e Gestão de Riscos, análise dos trabalhos e Relatório emitido pela Auditoria Externa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., análise e acompanhamento dos trabalhos e relatórios emitidos pela Auditoria Interna e avaliação dos Resultados da Companhia. Na avaliação do Comitê, não foram detectadas, durante este período, exceções relevantes que possam impactar os resultados financeiros da Companhia. Ações de melhoria identificadas foram endereçadas às instâncias competentes, tendo sido concluídas, em sua maioria, ao longo do ano, sendo que está contemplado no escopo de trabalho do CAUD para 2013 o acompanhamento das demais ações.

Fundamentando-se nas ações diretamente desenvolvidas por este Comitê ao longo de 2012, bem como na análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório emitido pela Auditoria Independente, o CAUD recomendou ao Conselho de Administração, dentro de suas responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, a aprovação das Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

18 Balanço Social

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (mil reais)	2011 Valor (mil reais)
Receita líquida (RL)	3.569.543	3.564.093
Resultado operacional (RO)	502.473	707.105
Folha de pagamento bruta (FPB)	301.852	310.833

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	27.003	8,95%	0,76%	25.479	8,20%	0,71%
Encargos sociais compulsórios	57.745	19,13%	1,62%	60.212	19,37%	1,69%
Previdência privada	5.275	1,75%	0,15%	5.153	1,66%	0,14%
Saúde ⁽¹⁾	19.764	6,55%	0,55%	17.402	5,60%	0,49%
Segurança e saúde no trabalho	6.773	2,24%	0,19%	6.552	2,11%	0,18%
Educação	433	0,14%	0,01%	387	0,12%	0,01%
Cultura	47	0,02%	0,00%	77	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.094	1,36%	0,11%	6.041	1,94%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	615	0,20%	0,02%	541	0,17%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	22.467	7,44%	0,63%	29.954	9,64%	0,84%
Outros	791	0,26%	0,02%	828	0,27%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	145.006	48,04%	4,06%	152.626	49,10%	4,28%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	817	0,16%	0,02%	705	0,10%	0,02%
Cultura ⁽²⁾	2.633	0,52%	0,07%	3.003	0,42%	0,08%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte ⁽³⁾	433	0,09%	0,01%	616	0,09%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros ⁽⁴⁾	7.224	1,44%	0,20%	7.036	1,00%	0,20%
Total das contribuições para a sociedade	11.107	2,21%	0,31%	11.360	1,61%	0,32%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.311.189	260,95%	36,73%	1.388.909	196,42%	38,97%
Total - Indicadores sociais externos	1.322.296	263,16%	37,04%	1.400.269	198,03%	39,29%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	55.021	10,95%	1,54%	33.080	4,68%	0,93%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	18.814	3,74%	0,53%	18.592	2,63%	0,52%
Total dos investimentos em meio ambiente	73.835	14,69%	2,07%	51.672	7,31%	1,45%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa ⁽⁵⁾	() não possui metas	(X) cumpre metas de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre metas de 51 a 75%	() não possui metas	(X) cumpre metas de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	3.671	3.879
Nº de admissões durante o período	344	749
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.348	1.731
Nº de estagiários(as)	18	28
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	549	579
Nº de mulheres que trabalham na empresa	449	516
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,21%	11,54%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	629	633
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,29%	3,80%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	50	48

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	48,7			ND		
Número total de acidentes de trabalho ⁽⁶⁾	60			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 430.765	no Procon 1.541	na Justiça 1.240	na empresa __ND__	no Procon __ND__	na Justiça __ND__
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 8%	na empresa __ND__%	no Procon __ND__%	na Justiça __ND__%
Valor adicionado total a distribuir (em ml R\$):	Em 2012: 2.454.453			Em 2011: 2.676.807		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71,1% governo 7,3% colaboradores(as) 14,6% acionistas 7,0% financiadores			67,9% governo 7,2% colaboradores(as) 18,4% acionistas 6,5% financiadores		

7 - Outras Informações	2012	2011
Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:	383	381
Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):	6.627	5.264

OBSERVAÇÕES:

(1) Saúde: A alteração do valor divulgado em 2011 deve-se à inclusão de recursos referentes a programas internos relacionados à promoção da saúde, além do montante referente ao Plano de Saúde dos colaboradores, já informado.

(2) Cultura: O valor divulgado em 2011 foi corrigido para contemplar também o PROAC (Programa de Ação Cultural).

(3) Esporte: Em 2011, o item constava em "Outros". Em 2012, foi desmembrado.

(4) Outros: Alteração do valor divulgado em 2011 para inserção dos gastos referentes a Árvore da Solidariedade, Programa de Voluntariado e aporte do Instituto Elektro.

(5) A variação em relação ao cumprimento das metas estabelecidas deve-se principalmente às maiores temperaturas médias da Área de Concessão em relação à 2011 (3,8°C mais elevadas) e abertura de postos de atendimento presencial em atendimento à Resolução ANEEL 414/10.

(6) A variação em relação à quantidade de acidentes informada em 2011 (12) deve-se à mudança de metodologia, sendo que em 2011 foram informados apenas os acidentes com afastamento e em 2012 estão sendo informados todos os acidentes com lesão. Utilizando este último critério, o número de acidentes em 2011 foi de 73.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2012	31/12/2011	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		1.350.138	994.346	Circulante		1.160.377	698.790
Caixa e equivalentes de caixa	7	583.148	285.488	Fornecedores e supridores de energia elétrica	14	425.090	307.516
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	8	630.692	604.864	Empréstimos e financiamentos	15	407.677	35.413
Tributos a compensar	9	68.975	53.592	Debêntures	16	20.396	27.378
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	27.885	9.983	Tributos a recolher	17	103.296	123.745
Almoxarifado		8.241	10.021	Encargos do consumidor		23.500	35.042
Outros créditos		31.197	30.398	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	78.173	60.893
Não circulante		3.208.580	2.424.469	Provisões e encargos sobre folha de pagamento	19	46.523	45.955
Parcelamentos de débitos e supridores	8	37.233	40.785	Obrigações P&D e eficiência energética	20	11.701	14.233
Tributos a compensar	9	43.275	26.919	Plano especial de aposentadoria	21.2	2.667	2.031
Caução de fundos e depósitos vinculados	10	11.650	12.746	Outros passivos		41.354	46.584
Depósitos judiciais	11	76.065	58.503	Não circulante		1.461.969	1.351.381
Tributos diferidos	29	856.024	157.302	Empréstimos e financiamentos	15	256.913	572.568
Outros créditos		41.955	39.924	Debêntures	16	971.464	602.356
Ativo indenizável (concessão)	12.1	457.896	351.773	Obrigações P&D e eficiência energética	21	27.042	25.478
Imobilizado	13	15.632	20.492	Plano especial de aposentadoria	21.2	8.719	11.469
Ativo intangível	12.2	1.668.850	1.716.025	Provisão para ações judiciais e regulatórias	22.1	186.674	137.864
Total do ativo		4.558.718	3.418.815	Outros passivos		11.157	1.646
				Patrimônio líquido	23	1.936.372	1.368.644
				Capital social		952.492	952.492
				Reservas de capital	23.1	765.882	50.539
				Pagamentos baseados em ações	24	-	3.072
				Reservas de lucros	23.2	171.422	171.422
				Outros resultados abrangentes		-	56.410
				Dividendos adicionais propostos	23.2	46.576	134.709
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.558.718	3.418.815

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/ legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		952.492	50.539	4.333	146.800	-	168.037	45.866	1.368.067
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	492.436	-	-	492.436
Outros resultados abrangentes:									
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido		-	-	-	-	-	-	10.544	10.544
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	(15.055)	(15.055)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33		-	-	-	-	(15.055)	-	15.055	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações		-	-	6.204	-	-	-	-	6.204
Reversão de pagamentos baseado em ações		-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		-	-	-	24.622	(24.622)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos		-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(134.709)	134.709	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(71.632)	-	-	(71.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		952.492	50.539	3.072	171.422	-	134.709	56.410	1.368.644
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	357.677	-	-	357.677
Outros resultados abrangentes:									
Perda na marcação a mercado do ativo indenizável, líquido		-	-	-	-	-	-	(48.755)	(48.755)
Reversão ao resultado das variações do ativo indenizável		-	-	-	-	-	-	(7.655)	(7.655)
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	-	-	(15.630)	(15.630)
Reclassificação requerida parágrafo 93 b do CPC 33		-	-	-	-	(15.630)	-	15.630	-
Ágio incorporado controladora	4	-	689.440	-	-	-	-	-	689.440
Reserva acervo líquido incorporado EPC	4	-	25.903	-	-	-	-	-	25.903
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	(134.709)	-	(134.709)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	24	-	-	2.034	-	-	-	-	2.034
Reclassificação de pagamentos baseado em ações	24	-	-	(5.106)	-	-	-	-	(5.106)
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos e pagos parcialmente		-	-	-	-	(203.519)	-	-	(203.519)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(91.952)	-	-	(91.952)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(46.576)	46.576	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		952.492	765.882	3.072	171.422	-	46.576	1.936.372	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como "Elektro" ou "Companhia", cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, na área de concessão compreendida por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul. O prazo de vigência é de 30 anos e pode ser prorrogado por, no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL. As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão, consistem em fornecer energia elétrica à consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços, e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 12.1). O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). Os mecanismos de reajuste são, o reajuste tarifário anual e revisão tarifária (vide notas 5 e 32).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Medida Provisória 579/12 e Lei 12.783/13

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de Energia Elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vindas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas.

Para as concessões de Geração e Transmissão, a condição imposta pelo Governo é que ativos não amortizados e não depreciados serão indenizados tendo por base o denominado Valor Novo de Reposição (VNR), e as tarifas a partir de então contemplarão apenas os custos de Operação e Manutenção (O&M) desses ativos e encargos setoriais. Para as concessionárias de Distribuição também haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão ou termo aditivo. Adicionalmente, a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias em 24 de janeiro de 2013.

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13, e a redução dos encargos setoriais, não causará impactos diretos no resultado ou no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028. Adicionalmente, a Revisão Tarifária Extraordinária implicará apenas em ajuste da Parcela A, não gerando alterações da Parcela B. Se no desenrolar dos procedimentos subsequentes à emissão da referida Lei surgirem informações que permitam a mensuração de impactos, a Elektro fará a devida divulgação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Companhias por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia adotou no preparo das Demonstrações Financeiras todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta Demonstração Financeira. Outras normas e procedimentos emitidos e revisados, que têm aplicação obrigatória futura, serão analisados oportunamente.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 6 de fevereiro de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que impactam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados, assim como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou mudanças de circunstância assim o exijam.

Essas estimativas estão relacionadas principalmente ao registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; vida útil do ativo imobilizado, que também é base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; provisão do plano especial de aposentadoria; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

b. Instrumentos financeiros

A categoria para classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis: São ativos não derivativos, com valores fixos ou determináveis, e que não estão cotados em um mercado ativo. O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva ("custo amortizado"), e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos das contas a receber nessa categoria (vide nota 8).

Disponíveis para venda: São ativos não derivativos cujo reconhecimento inicial é feito pelo valor justo e suas variações posteriores são reconhecidas como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, exceto no caso de perdas no valor recuperável, até que o ativo financeiro seja baixado. Neste momento, o ganho ou a perda anteriormente reconhecido no patrimônio líquido deve ser reconhecido no resultado.

Na Elektro, o ativo financeiro indenizável está classificado nessa categoria (vide nota 12.1).

Mantidos para negociação: São geralmente usados com o objetivo de gerar lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do operador, através de transações de compra e venda ativas e frequentes. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principal ativo mantido para negociação os equivalentes de caixa (vide notas 7 e 10).

Investimentos mantidos até o vencimento: São ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e devem ser posteriormente medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Atualmente, a Companhia não tem nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*, que incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Os itens objeto de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos contratuais.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e/ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

b.3) Determinação do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

b.4) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de "Swap" com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. As mudanças no valor justo são lançadas no resultado.

Esses *hedges* são permanentemente avaliados afim de verificar se foram altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

c. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e afiação, e não excedem o seu valor realizável líquido. Os materiais destinados à aplicação em obras de expansão e melhorias no sistema elétrico são classificados no ativo intangível em formação e os destinados para consumo são classificados no ativo circulante.

d. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro, que são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados ao valor presente da respectiva obrigação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Arrendamento Mercantil. São linearmente depreciados pela vida útil esperada, ou conforme termos do contrato de arrendamento (vide nota 13). São baixados após alienação ou quando não apresentam mais benefícios econômicos futuros e os valores apurados na baixa são reconhecidos no resultado.

e. Intangível

Compreende o direito ao uso da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da mesma. É avaliado ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e deduzido da amortização acumulada. Este registro ocorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (vide nota 12).

f. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando as operações da Companhia e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requiera qualquer provisionamento.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o Real são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Receitas operacionais líquidas	25	3.569.543	3.564.093
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(2.529.182)	(2.202.151)
Energia comprada para revenda	26	(2.078.594)	(1.710.927)
Custos operacionais	27	(310.628)	(330.997)
Depreciação	13	(5.670)	(6.731)
Amortização de ativo intangível	12.2	(134.290)	(153.496)
Custo de construção	12.3	(286.918)	(307.848)
Lucro operacional bruto		753.443	1.054.094
Despesas operacionais	27	(195.759)	(274.313)
Despesas com vendas		(16.234)	(28.134)
Despesas gerais e administrativas		(58.887)	(73.086)
Outras despesas operacionais líquidas		(120.638)	(173.093)
Resultado do serviço		557.684	779.781
Resultado financeiro	28	(55.211)	(72.676)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		502.473	707.105
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	29	(144.796)	(214.669)
Lucro líquido do exercício		357.677	492.436
Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):			
Preferencial		1,93	2,66
Ordinária		1,75	2,41

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31
--	-------	------------	----

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

J. Benefícios a empregados

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos lucros, entre outros. Todos estes benefícios estão contabilizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados (vide nota 21). O cálculo atuarial é realizado com base no método do crédito unitário projetado. A política adotada pela Elektro para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais é o reconhecimento imediato contra Outros Resultados Abrangentes, com imediata realização contra lucros acumulados. Superávits atuariais são apenas registrados considerando a limitação do valor presente dos benefícios econômicos futuros para a Companhia. Nos exercícios apresentados, o valor destes benefícios era zero.

A provisão para pagamentos a serem feitos em decorrência do benefício previsto em acordo sindical do Plano Especial de Aposentadoria é constituída com base em expectativa de adesão dos colaboradores elegíveis e é revista periodicamente frente às efetivas adesões.

Os demais benefícios de curto prazo são registrados pelo regime de competência, a medida que a obrigação legal é constituída.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões e Passivos Contingentes. As provisões são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e de seus assessores legais (vide nota 22).

l. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), e receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento de receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data do balanço, com apuração de margem zero, no caso da Elektro.

m. Custos de empréstimos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os encargos financeiros relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação (vide nota 12.2). Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem.

n. Plano de incentivo baseado em ações

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a Companhia é requerida a mensurar e registrar os efeitos patrimoniais destes benefícios, pelo valor justo das ações na data de outorga a seus executivos. A despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas, em contrapartida ao passivo exigível.

o. Lucro líquido do exercício por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações disponíveis durante o período. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos distintos a dividendos, a voto e a liquidação, consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos, conforme o Estatuto da Companhia.

p. Informação por segmento

A Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro, uma vez que é administrada como uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais em sua área de concessão.

4. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 13 de abril de 2012, a Iberdrola Energia do Brasil Ltda., então controladora da Elektro, submeteu à autorização prévia da ANEEL o pedido para reestruturação societária envolvendo a Elektro e suas controladoras EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (EPC) e a própria Iberdrola Energia do Brasil Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração da Elektro, realizada em 14 de maio de 2012, foi aprovado que o processo de reestruturação fosse submetido à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em reunião de Diretoria realizada em 22 de maio de 2012, a ANEEL concedeu anuência através da Resolução Autorizativa nº 3.500/12, à transferência do controle societário da Elektro detido por EPC e Iberdrola Energia do Brasil Ltda. para Iberdrola Brasil S.A., mediante as operações em atos contínuos: (i) incorporação reversa da EPC pela Elektro; e (ii) cisão parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda., com versão para a Elektro do acervo líquido cindido.

As operações acima foram aprovadas também pelo BNDES em 23 de maio de 2012 e pelos acionistas em 30 de maio de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária.

Esta reestruturação fez parte de uma reorganização societária do grupo Iberdrola, para permitir a segregação dos diferentes ramos de atividades desenvolvidas pelas Companhias que o compõem, em linha com as diretrizes de governança corporativa que vêm sendo adotadas pelo grupo econômico ao redor do mundo e também teve como objetivo simplificar a estrutura societária, já que, após sua implementação, as ações da Elektro detidas indiretamente pelo acionista controlador passaram a ser de titularidade de uma única Companhia holding, a Iberdrola Brasil S.A.

A reestruturação societária não implicou na alteração do controle acionário indireto da Companhia, nem em aumento de seu capital social, bem como não afetou as participações dos demais acionistas da Elektro no capital social desta.

Composição acionária antes da reestruturação:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	1.523	66.744.382	66.745.905	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516	65,23%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

Composição acionária após a reestruturação:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

Incorporação Reversa da EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.

O laudo de avaliação do acervo líquido da EPC incorporado pela Elektro foi elaborado a valor contábil em conformidade com o disposto no art. 227 da Lei das S.A. e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foi preparado por empresa de avaliação independente com base no balanço da EPC de 30 de abril de 2012. O valor do acervo líquido avaliado no montante de R\$ 1.063.447, está detalhado abaixo:

Ativo		Passivo	
Ativo circulante	18.615	Passivo circulante	9
Caixa e equivalentes de caixa	18.235	Outros passivos	9
Tributos a compensar	380		
Ativo não circulante	1.073.825	Passivo não circulante	28.984
Tributos diferidos	7.442	Provisões para riscos fiscais	28.984
Depósitos judiciais	28.823		
Investimentos (1)	1.037.545	Total do passivo	28.993
Intangível	15		
Total do ativo	1.092.440	Acervo líquido incorporado	1.063.447
		Passivo e acervo líquido incorporado	1.092.440

(1) Montante referente ao Investimento que a EPC detinha na Elektro, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

A incorporação da EPC pela Elektro não acarretou aumento de capital na Incorporadora, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., sendo o valor excedente do investimento da EPC na Elektro contabilizado na conta de reserva de capital da Elektro. Ver detalhes sobre as rubricas incorporadas de "Depósitos judiciais" e "Provisões para riscos fiscais" nas notas 11 e 22.1.

Cisão Parcial da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. e versão do acervo líquido cindido para Elektro

O acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. incorporado pela Elektro foi avaliado por empresa de avaliação independente com base em seu valor contábil, calculado sobre o balanço patrimonial da Iberdrola do Brasil Ltda., datado de 30 de abril de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor do acervo líquido cindido da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. incorporado na Elektro foi avaliado no montante de R\$ 2.219.895, composto por (i) totalidade do investimento detido no capital social da Elektro, e (ii) parcela referente ao ágio registrado na Iberdrola Energia do Brasil gerado na aquisição da Elektro e EPC líquidos da provisão de manutenção de integridade do patrimônio líquido (correspondente a 66% do valor do ágio), conforme estipulado pelo art. 6º da Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. A incorporação do acervo líquido cindido não acarretou aumento de capital, nos termos do artigo 226, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. O acervo líquido incorporado está detalhado abaixo:

Ativo		Passivo	
Ativo não circulante	2.219.895		
Investimentos (2)	1.530.455		
Ágio líquido Elektro e EPC	689.440		
Total Acervo Líquido Incorporado	2.219.895		

(2) Montante referente ao Investimento que a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. detinha na Elektro e EPC, o qual foi eliminado no momento da incorporação.

O benefício fiscal oriundo do ágio foi registrado na conta de tributos diferidos em contrapartida à conta de reserva de capital constante do patrimônio líquido da Elektro, ainda de acordo com a Instrução CVM 319/99 e CVM 349/01. Tal benefício será amortizado linearmente até o final da concessão (agosto de 2028), de acordo com a anuência da ANEEL, concedida através da Resolução Autorizativa nº 3.500 de 22 de maio de 2012.

O benefício fiscal proveniente do ágio registrado está baseado na expectativa de rentabilidade futura e foi fundamentado em laudo de avaliação de empresa especializada, a qual utilizou o critério do fluxo de caixa descontado.

5. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas. Em agosto de 2011, ocorreria a 3ª Revisão Tarifária Periódica Ordinária da Elektro, mas devido ao atraso no aprimoramento da metodologia para o ciclo 2011-2014 (3º Ciclo de Revisão Tarifária), a ANEEL decidiu pela prorrogação provisória das tarifas de energia, oficializada pela Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011. As tarifas da Elektro que deveriam vigorar até 27 de agosto de 2011, foram prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 1.196 de 23 de agosto de 2011, a qual também definiu que a nova tarifa teria efeito retroativo à data contratual (27 de agosto de 2011). Desta forma, a Revisão Tarifária ocorreu em agosto de 2012, com efeitos retroativos a agosto de 2011.

A discussão dos aperfeiçoamentos da metodologia referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias iniciou-se com a Audiência Pública nº 040/2010 e foi finalizada com a publicação da Resolução Normativa nº 457 de 8 de novembro de 2011, cujo resultado foi a publicação de procedimentos para realização das revisões das Concessionárias. Na nova metodologia, a ANEEL definiu um custo de capital (WACC) de 7,50% a.a. (após impostos) e outras mudanças relacionadas aos Custos Operacionais, Perdas não Técnicas de Energia, Base de Remuneração Regulatória, Outras Receitas, Fator X, e Receitas Irrecuperáveis (inadimplência). Além da nova metodologia de Revisão, a ANEEL também aprovou por intermédio da Resolução Normativa nº 464/2011 de 22 de novembro de 2011, os procedimentos para a definição da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, resultado da Audiência Pública nº 120/2010.

A Revisão Tarifária da Elektro para o 3º ciclo iniciou-se em 10 de maio de 2012 (Audiência Pública nº 31/2012) e resultou como efeito médio para o consumidor, uma redução de 6,05%. As novas tarifas, que consideravam apenas o efeito da Revisão Tarifária, foram homologadas na Resolução nº 1.329 de agosto de 2012. Por decisão da ANEEL, as referidas tarifas não chegaram a ser aplicadas, já que o efeito da Revisão Tarifária de 2011 foi concatenado ao do Reajuste anual de 2012, aplicados na mesma data, decisão homologada através da Resolução Normativa nº 471, de 20 de dezembro de 2011. O efeito médio final para o consumidor aplicado desde 27 de agosto de 2012 foi uma redução de 3,05%, conforme Resolução nº 1.336 de 21 de agosto de 2012. O cálculo das tarifas finais considerou o crescimento de mercado, a atualização monetária, o fator X, além do componente financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária. Para este último item, foi definido que o montante, no valor de R\$ 253.447, será devolvido para os consumidores através das tarifas nos reajustes tarifários subsequentes, a partir do Reajuste Tarifário de 2012. De acordo com a Nota Técnica nº 255/2012, no reajuste tarifário de 2012, cuja tarifa vigorará até agosto de 2013, será devolvido um terço deste valor. Por se tratar de um passivo regulatório, o montante da devolução não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que não há previsão de registro desse tipo de passivo no IFRS.

6. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os pronunciamentos técnicos emitidos e revisados pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2012, e que poderiam afetar a Companhia foram considerados nesta Demonstração Financeira:

IAS 12 Impostos de Renda - Impostos Diferidos; IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS; IFRS 7 Instrumentos Financeiros.

Pronunciamentos técnicos em fase de emissão pelo CPC e ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:

CPC 33/IAS 19 Benefícios a Empregados - Dentre as mudanças, as principais que afetam a Companhia é que (i) para o cálculo dos rendimentos esperados dos ativos, é utilizada a mesma taxa utilizada para o desconto da obrigação atuarial e (ii) a aplicação dessa mesma taxa de juros sobre o "asset ceiling". Os impactos da aplicação antecipada desse pronunciamento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 seria uma receita financeira menor no montante de R\$ 30.549, antes dos efeitos tributários.

Para os pronunciamentos IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras; IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures; IFRS 1 Empréstimos do Governo; IFRS 7 Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros; IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração; IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas; IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos; IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades; IFRS 13 Mensuração do Valor Justo; IFRS 20 Custo de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície; IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS; IAS 16 Imobilizado; IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação; IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Companhia entende que não terão impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

Para mais informações, vide a lista completa de pronunciamentos no site do CPC: http://www.cpc.org.br/pdf/CPCs_02012013.doc.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 583.148 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 285.488 em 2011), refere-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Os produtos bancários utilizados são vinculados a títulos de renda fixa (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures com compromisso de recompra), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) - em 31 de dezembro de 2012 a variação média estava em 101,59% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas significativas.

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis na caixa da Sociedade, sendo os principais: (i) o rating de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

8. CONTAS A RECEBER - CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2012				31/12/2011			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	205.433	131.410	26.992	363.835	193.188	105.674	19.542	318.404
Outras contas a receber	331.655	4.630	15.796	352.081	353.836	4.048	12.228	370.112
Parcelamentos de débitos	46.451	4.630	15.796	66.877	49.493	4.048	12.228	65.769
Receita não faturada	262.238	-	-	262.238	273.446	-	-	273.446
Supridores	24.114	-	-	24.114	25.324	-	-	25.324
Outros	(1.148)	-	-	(1.148)	5.573	-	-	5.573
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.474)	(3.731)	(31.786)	(47.991)	(16.456)	(2.210)	(24.201)	(42.867)
Total	584.614	132.309	11.002	667.925	530.568	107.512	7.569	645.649
Circulante	487.381	132.309	11.002	630.692	489.783	107.512	7.569	604.864
Não circulante	37.233	-	-	37.233	40.785	-	-	40.785

Em 31 de dezembro de 2012, o aumento da inadimplência, quando comparado ao mesmo período de 2011, foi impactado diretamente pelas faturas vencidas entre 1 e 60 dias da Companhia, representando cerca de 92% dos vencimentos até 90 dias.

O período médio para recebimento pelos serviços é de 47 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores de difícil recebimento, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Do montante de R\$ 24.114 classificado como Supridores (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 19.004 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M. A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Companhia atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2011	Adições	Recuperação da Receita	Baixas Incobráveis	31/12/2012
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	42.867	54.384	(4.333)	(44.927)	47.991

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	37.216	16.457
Impostos e contribuições retidos na fonte	140	216
ICMS a recuperar	74.894	59.496
PIS e COFINS a recuperar	-	4.342
Total	112.250	80.511
Ativo circulante	68.975	53.592
Ativo não circulante	43.275	26.919

O aumento no saldo a compensar de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no exercício de 2012, deve-se à maior antecipação desses tributos no primeiro semestre de 2012, os quais serão compensados no exercício social seguinte.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

A partir de julho de 2012 o crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de bens para uso na concessão passou a ser utilizado integralmente no mesmo mês de aquisição, também de acordo com a legislação específica desses tributos.

10. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), indexados à variação média de 96,74% do CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, e estão caucionados pelos seguintes motivos: (i) Garantir valores liberados através dos contratos de empréstimos da Eletrobrás (Luz Para Todos), que são liberados após comprovação dos investimentos; (ii) Garantir participação em leilões de compra de energia em curto e longo prazo; e (iii) Garantir programas de treinamento aos colaboradores conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos valores registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 31.841 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 46.923 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Em 2 de maio de 2011, a referida ação transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual fora requerido ao Juízo o levantamento do montante integral depositado. Ao apreciar a petição o Juiz determinou a manifestação da Fazenda Pública, que se manifestou alegando que o depósito judicial efetuado nos autos não teria abrangido o montante integral do débito. Com isso, a Fazenda concordou apenas com o levantamento parcial no montante de R\$ 16.680, restando, portanto a quantia depositada de R\$ 31.841. Em relação ao montante depositado, a Elektro se manifestou contrária à decisão do Juiz, demonstrando, por meio de cálculo, que o montante deveria ser levantado integralmente. Diante das alegações da Elektro, os autos foram remetidos pelo Juiz à contadoria judicial, para que dê seu parecer acerca do levantamento da quantia remanescente.

Com a incorporação da empresa EPC pela Elektro (vide nota 4), os direitos e as obrigações da incorporada passaram a ser de responsabilidade exclusiva da Elektro. O valor incorporado referente a depósitos judiciais da EPC totalizava à época, R\$ 28.823. Em 31 de dezembro de 2012 o valor atualizado é de R\$ 26.353 e refere-se ao processo descrito nas notas de contingências. Esse depósito é suficiente para garantia integral das provisões incorporadas (vide nota 23.1).

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 17.871 em 31 de dezembro de 2012, (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2011) referem-se a processos Trabalhistas, Cíveis e Tributários.

12. RECURSOS DE CONCESSÃO

12.1. Ativo Indenizável (Concessão)

Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Administração entendeu, que a melhor estimativa para o cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a regra adotada para indenização dos ativos de Transmissão, Distribuição e Geração definida pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Em 5 de março de 2012, a Elektro tomou conhecimento, por meio do Ofício nº 209/2012 - SFF/ANEEL dos valores que seriam considerados na BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A Companhia recalculou o valor do ativo financeiro com base na nova BRR, que tinha data de corte definida pela ANEEL para fevereiro de 2011. Essa nova BRR, gerou um ajuste negativo no ativo financeiro de R\$ 81.788, contabilizado em 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia vinha registrando todas as alterações de valor justo desse ativo financeiro como Outros Resultados Abrangentes, pois não era consenso o entendimento de que essas alterações afetavam o fluxo de caixa futuro. Entretanto, o parágrafo AG8 do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, estabelece que uma entidade deva, ao revisar suas estimativas de recebimentos, ajustar o custo amortizado do instrumento de forma a refletir os fluxos de caixa estimados atualizados, reconhecendo esta variação no resultado do exercício. Foi corroborado pela MP nº 579/2012, que variações no ativo financeiro vinculado à concessão por conta das revisões tarifárias resultam em variações no fluxo de caixa estimado desse ativo ao final do período da concessão. A Companhia aplicou essa mudança de entendimento prospectivamente às suas demonstrações financeiras, por entender que a aplicação prospectiva desse conceito não traria distorções relevantes às demonstrações financeiras e informações trimestrais, quando comparado à aplicação retrospectiva de acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Er

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	Em Serviço			Em Formação			Total	
	Obrigações especiais	Amortização acumulada	Valor líquido	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.111.506	(361.154)	(262.794)	1.487.558	204.572	-	204.572	1.692.130
Adições	72	(10.678)	-	(10.606)	329.205	(8.423)	320.782	310.176
Baixas	(441.592)	-	364.028	(77.564)	-	-	-	(77.564)
Amortização	-	-	(153.496)	(153.496)	-	-	-	(153.496)
Transferências para o ativo financeiro	189.056	(254)	(260)	188.542	(243.763)	-	(243.763)	(55.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859.042	(372.086)	(52.522)	1.434.434	290.014	(8.423)	281.591	1.716.025
Adições	-	(565)	-	(565)	325.740	(38.076)	287.664	287.099
Baixas	124.022	-	(135.690)	(11.668)	-	-	-	(11.668)
Amortização	-	-	(134.290)	(134.290)	-	-	-	(134.290)
Transferências para o ativo financeiro	209.238	1.669	(123)	210.784	(306.003)	(1.474)	(307.477)	(96.693)
Mudança na taxa de amortização	(141.078)	49.455	-	(91.623)	-	-	-	(91.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.051.224	(321.527)	(322.625)	1.407.072	309.751	(47.973)	261.778	1.668.850

12.3. Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação "custo mais margem" (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

13. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing e não vinculados à concessão apresentam saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 conforme mutação abaixo.

	Saldos em				Saldos em			
	31/12/2011	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2012	Adições	Depreciação	Baixas
Arrendamento mercantil em serviço	12.238	1.041	(1.782)	(231)	11.266	1.041	(1.782)	(478)
Administração Central	12.238	1.041	(1.782)	(231)	11.266	1.041	(1.782)	(478)
Edif. obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	15.966	-	-	-	16.529	-	-	-
(-) Depreciação acumulada	(3.728)	-	(1.782)	247	(5.263)	-	(1.782)	247
	2.186	-	(1.708)	-	478	-	(1.708)	-
Veículos - Arrendamento mercantil	11.295	-	-	(6.362)	4.933	-	-	(6.362)
(-) Depreciação acumulada	(9.109)	-	(1.708)	6.362	(4.455)	-	(1.708)	6.362
	6.068	-	(2.180)	-	3.888	-	(2.180)	-
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10.779	-	-	-	10.779	-	-	-
(-) Depreciação acumulada	(4.711)	-	(2.180)	-	(6.891)	-	(2.180)	-
Total	20.492	1.041	(5.670)	(231)	15.632	1.041	(5.670)	(231)

14. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2012	31/12/2011
Moeda nacional	379.584	265.612
Supridores de energia elétrica	296.442	193.865
Encargos de serviço de sistema - ESS	14.522	10.554
Fornecedores de materiais e serviços	68.620	61.193
Moeda estrangeira	45.506	41.904
Supridores de energia elétrica - Itaipu	45.506	41.904
Total	425.090	307.516

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional	31/12/2012	31/12/2011	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
BNDES	299.263	239.300			
Finame SE 2011	5.761	5.761	5,50%	Início: 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Finem CAPEX 2011/2012	127.189	61.468	3,03%	Início: 15/06/2013 até 15/12/2019	
Custos com emissão - BNDES Eletrobras	(316)	(400)			
Eletrobras - Luz para Todos ⁽¹⁾	102.178	98.569	RGR + 5,0% a.a. ⁽²⁾	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finexp - 1º Ciclo	9.490	11.580	TJLP + 0,94% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/04/2011	Carta de Fiança
Finexp - 2º Ciclo	34.952	40.956	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	
Finexp - 3º Ciclo	3.816	-	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Arrendamento mercantil	16.193	21.366	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 ⁽³⁾	
Moeda Estrangeira (*)	365.327	368.681			
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	228.325	173.501	US\$ + 2,88% ⁽⁴⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd. Bancário 4131 BNP	(45.738)	10.399	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	38.084	29.382	US\$ + 3,50% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd. Bancário 4131 Itaú	(7.623)	1.437	US\$ + 3,50% ⁽⁶⁾	09/04/2013	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	190.155	145.537	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Swap Céd. Créd. Bancário 4131 HSBC	(37.876)	8.425	US\$ + 3,60% ⁽⁵⁾	09/04/2013	
Total	664.590	607.981			
Circulante	407.677	35.413			
Não circulante	256.913	572.568			

(1) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(2) Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

(3) Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

(4) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI.

(5) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI.

(6) Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI.

(*) Valores marcados a mercado - (ver nota 32).

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2012, ocorrerão da seguinte forma: R\$ 48.225 em 2014, R\$ 43.925 em 2015, R\$ 43.727 em 2016, R\$ 42.641 em 2017 e R\$ 67.083 após 2017.

Os pagamentos futuros de longo prazo relativos apenas aos contratos de arrendamento mercantil acima acontecerão nos valores de R\$ 310 em 2013, R\$ 1.681 em 2014, R\$ 1.847 em 2015 e R\$ 7.721 após 2015.

Condições Restritivas

BNDES (FINEM): conforme cláusula décima segunda, inciso XII do contrato de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

Arrendamento mercantil operacional

De acordo com o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, imóveis, veículos e outros.

A Companhia realizou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Companhia. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, bem como os pagamentos futuros que a Companhia fará com base nesses contratos.

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	4.494	3.402
Locação de imóveis	3.264	2.335
Locação de veículos	590	1.083
Locação de computadores	1.408	496
Locação de impressoras	204	697
Locação de equipamentos e serviços de informática	4.132	235
Total	14.093	8.248

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima acontecerão nos valores de R\$ 3.662 em 2013, R\$ 4.147 em 2014 e R\$ 4.683 em 2015.

16. DEBÊNTURES

	31/12/2012	31/12/2011	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
4ª Emissão	-	316.051				
1ª Série	-	190.418	18.000	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014	
2ª Série	-	127.003	12.000	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013 e 15/07/2015	
Custos com emissão	-	(1.371)				
5ª Emissão	322.228	313.683				
1ª Série	123.575	125.520	12.000	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016	
2ª Série	199.422	189.130	18.000	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018	
Custos com emissão	(769)	(967)				
6ª Emissão	669.632	-				
1ª Série	224.978	-	22.000	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017	
2ª Série	103.622	-	10.000	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019	
3ª Série	342.332	-	33.000	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022	
Custos com emissão	(1.300)	-				
Total	991.860	629.734				
Circulante	20.396	27.378				
Não circulante	971.464	602.356				

Em 12 de setembro de 2012, a Elektro efetuou a 6ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografia, no montante total de R\$ 650.000, com vencimento em 12 de setembro de 2017, 12 de setembro de 2019 e 12 de setembro de 2022, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 220.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,74% a.a., a 2ª série, no valor de R\$ 100.000, à taxa IPCA acrescida de 5,10% a.a. e a 3ª série, no valor de R\$ 330.000, à taxa IPCA acrescida de 5,50% a.a.

Os recursos provenientes das debêntures da 6ª emissão foram utilizados para o resgate antecipado das debêntures da 4ª emissão da Elektro e para antecipação das necessidades de captação de 2013.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.069, sendo R\$ 372 no curto prazo (R\$ 199 referente a 5ª emissão e R\$ 570 referente a 6ª emissão) e R\$ 1.697 no longo prazo (R\$ 173 referente a 5ª emissão e R\$ 1.127 referente a 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2012 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 40.000 em 2014, R\$ 40.000 em 2015, R\$ 214.683 em 2016, R\$ 174.683 em 2017 e R\$ 503.795 após 2017.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografia, sem garantia	quirografia, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 5ª e 6ª emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

17. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	75	88
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	11.090	20.381
Programa de integração social - PIS	2.407	4.425
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	88.310	86.430
Impostos retidos na fonte	983	12.025
Imposto sobre serviço - ISS	431	396
Total	103.296	123.745

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 78.159 (R\$ 60.888 em 2011) está de acordo com as deliberações da Administração acerca do lucro do exercício conforme mencionado na nota 23.2.

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 13.793 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.745 em 2011).

Existem valores de dividendos (R\$ 6 em 2012 e R\$ 5 em 2011) a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

19. PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/12/2012	31/12/2011
Férias e 13º salário a pagar	17.771	17.792
Retenções do empregado	2.701	2.816
INSS parte da empresa	8.553	8.806
FGTS	2.904	3.126
Participação nos lucros e resultados	14.320	13.062
Outros	274	353
Total	46.523	45.955

20. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência, Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 9.991/2000. Por meio das Resoluções Normativas nº 300/2008, nº 316/2008, nº 408/2010 e nº 504/2012, a ANEEL estabelece os critérios de apuração de valores dos programas, correção Selic, pagamentos e aplicação dos recursos.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009.

O saldo das obrigações da Companhia com as obrigações de P&D e programas de Eficiência Energética, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/12/2012	31/12/2011
Programa de Eficiência Energética	0,50%		

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes do comportamento esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

Ajustes da experiência de ganhos e perdas - § 120A(p)	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.076.309	764.730	765.868	578.905	518.954
Valor justo dos ativos do plano	1.109.871	928.324	868.954	754.390	681.732
Superávit (Déficit) do plano	33.562	163.594	133.086	175.485	162.778
Rendimento esperado dos ativos	108.682	102.987	101.156	89.083	64.008
Rendimento efetivo dos ativos	216.607	90.227	141.495	96.249	127.050
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	107.925	(12.760)	40.339	7.166	63.042
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	99%	-12%	40%	8%	98%
Valor presente esperado dos passivos do plano	1.337.950	796.810	621.839	561.711	632.815
Valor presente efetivo dos passivos do plano	1.076.309	764.730	735.868	578.905	518.954
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	(261.641)	(32.080)	(114.029)	(17.194)	(113.861)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	-24%	-4%	-15%	-3%	-22%

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 3.143 (R\$ 2.988 no mesmo período de 2011).

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 2012 foram de R\$ 496 (R\$ 703 em 2011), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

21.2. Plano Especial de Aposentadoria

Por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a Elektro criou em 2007 o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. O plano tem validade até 2013, com possibilidade de renovação até 2015.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização, além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. O valor atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.667 (R\$ 2.031 em 31 de dezembro de 2011), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano, e de R\$ 8.719 (R\$ 11.469 em 31 de dezembro de 2011) registrado no passivo não circulante, com base na estimativa de que no período compreendido entre outubro de 2012 e dezembro de 2015, até 190 colaboradores possam aderir ao plano.

22. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

22.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações.

	31/12/2011	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2012
Cíveis e ambientais	93.555	13.684	4.383	(4.254)	(5.108)	102.260
Trabalhistas	21.020	5.164	3.869	(4.023)	(2.585)	23.445
Tributárias	2.866	30.016	1.612	(6.574)	(13)	27.827
Desapropriações e servidões	6.263	3.972	2.941	(461)	(2.097)	10.618
Regulatórias	14.240	7.986	298	-	-	22.524
Total das provisões	137.864	60.822	13.103	(15.312)	(9.803)	186.674

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, para que estas deixem de impedir a livre atuação da Elektro, quanto ao uso das faixas intermediárias e laterais das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro.

Em agosto de 2008, a Elektro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do STJ. Em setembro de 2010, o STJ não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro apresentou recurso perante o STF, o qual não foi admitido pelo STJ, e a Elektro tomará a medida cabível. Diante dessas decisões a Elektro mantém provisionado R\$ 80.712, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 74.078 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 26.262. Para maiores detalhes da incorporação das contingências da EPC pela Elektro, vide nota 4.

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

22.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. O valor estimado para os assuntos trabalhistas é de R\$ 18.466 e para os cíveis é de R\$ 41.036, e os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.502 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 5.689 em 31 de dezembro de 2011), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço de distribuição. As instâncias processuais em que estas ações encontram-se são as mais diversas e em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto aos assuntos previdenciários, o valor estimado é de R\$ 78.455, e refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do STF, de junho de 2008, parte das autuações foram anuladas devido a prazos de prescrição e decadência.

Quanto às questões tributárias, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ - SP) lavrou diversos Autos de Infração e Imposição de Multa (AIM), relacionados a diversas matérias que a Elektro vem se defendendo e todos encontram-se em instância administrativa, sendo que os principais assuntos são: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; e, suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos. Todos esses AIM somam R\$ 279.973 atualizados para 31 de dezembro de 2012 (R\$ 252.149 em 2011).

Adicionalmente, a Elektro tem um pleito junto a Receita Federal para validação da opção de aplicação de parcela do seu imposto de renda no FINAM que está pendente de decisão final administrativa. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 21.363 (R\$ 20.366 em 2011).

Existem outras questões tributárias diversas que também estão em instâncias administrativas, sobre as quais a Elektro está se defendendo e que somam R\$ 66.713 em 31 de dezembro de 2012.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST e a Administração, baseada na opinião dos advogados, entende que os argumentos para reversão da decisão são razoáveis.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265	100,00%

23.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 50.539 em 2011) tem a seguinte composição: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440 (vide nota 4); e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903 (vide nota 4).

23.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em dezembro de 2012 a reserva de lucros e demais reservas atingiram 30% do capital social.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 preveem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais. Em 28 de março de 2012 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 134.709, referente ao exercício de 2012 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 20 de abril de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 203.519, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2012. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em três parcelas iguais de R\$ 67.840 milhões cada. Os pagamentos ocorreram em 24 de agosto, 26 de outubro e 21 de dezembro de 2012, respectivamente. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Tipo	Ações em Circulação		Dividendos Intermediários Propostos	
	Quantidade	R\$ mil	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293		111.831	1,097689899
Ordinárias	91.880.972		91.688	0,997899908
Total	193.759.265		203.519	

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 91.951, cujo pagamento, a ser realizado em 2013 será precedido de Aviso aos Acionistas. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Tipo	Ações em Circulação		JSCP	
	Quantidade	R\$ mil	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293		50.526	0,495943826
Ordinárias	91.880.972		41.425	0,450858024
Total	193.759.265		91.951	

Ao final do exercício de 2012, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 46.576 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, deduzido os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2013 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Tipo	Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
	Quantidade	R\$ mil	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293		25.593	0,251213404
Ordinárias	91.880.972		20.983	0,228375822
Total	193.759.265		46.576	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

23.3. Lucro por ação

O cálculo do resultado por ação básico é efetuado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2012	2011
Numerador	357.677	492.436
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas		
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,75	2,41
10% - Ações preferenciais	0,18	0,24
Lucro básico e diluído por ação preferencial	1,93	2,66

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

24. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Após aprovação do Conselho de Administração, a Elektro instituiu um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado na outorga de ações da Iberdrola ao beneficiário. Após cumpridas algumas condições e metas previstas em contrato assinado entre este e a Companhia, ao longo de 2 (dois) anos contados a partir da assinatura do contrato, denominado "prazo de apuração".

A transferência completa das ações se dará após o transcurso de outros 3 (três) anos, denominado "prazo de liquidação". Atingidas as metas e condições do "prazo de apuração", a Elektro adquirirá por conta e ordem do beneficiário as ações, conforme previsão contratual. As principais metas que deverão ser atingidas, quando da conclusão do Período de Apuração, são: (i) evolução do lucro líquido consolidado em comparação com os cinco principais concorrentes da Iberdrola S.A.; (ii) evolução do valor da ação da Iberdrola S.A., a partir da média do índice *DJ Eurostoxx Utilities* e das ações dos cinco principais concorrentes europeus e (iii) manutenção da qualificação de crédito da Sociedade (*rating*).

Portanto, esse plano passa a ser "liquidado em caixa" para Elektro e por isso a Companhia passou a utilizar um passivo exigível em contrapartida da despesa e não mais uma conta de patrimônio líquido. Os contratos assinados ao final de 2012, substituem para todos os fins o plano baseado em ações anterior, mantidas as condições e valores originais. O valor registrado deste benefício em 2012 é de R\$ 2.034 e o valor acumulado no passivo exigível é de R\$ 5.106.

25. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2012			31/12/2011		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.307.630	12.311.682	5.369.833	2.253.735	12.416.107	5.332.324
Fornecimento para consumidores	2.307.630	11.974.133	4.494.834	2.253.735	12.007.879	4.460.119
Outras receitas	-	337.549	874.999	-	408.228	872.205
CEEE	-	337.549	10.666	-	408.228	16.615
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	470.908	-	-	464.528
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	56.132	-	-	49.038
Receita de construção (vide nota 14.3)	-	-	286.916	-	-	307.848
Outras receitas	-	-	50.377	-	-	34.176
Deduções às receitas operacionais	-	(1.800.290)	-	-	(1.768.231)	-
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(38.612)	-	-	(25.158)	-
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	-	(185.292)	-	-	(203.753)	-
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	(169.723)	-	-	(151.154)	-
ICMS sobre fornecimento	-	(882.546)	-	-	(865.315)	-
COFINS	-	(395.219)	-	-	(388.831)	-
PIS	-	(85.805)	-	-	(84.414)	-
Programa de P&D e eficiência energética	-	(29.128)	-	-	(31.901)	-
Outros	-	(13.965)	-	-	(17.705)	-
Total	2.307.630	12.311.682	3.569.543	2.253.735	12.416.107	3.564.093

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

26. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2012		31/12/2011	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	13.855.958	1.696.468	13.842.170	1.346.501
Itaipu Binacional (**)	2.913.091	332.383	2.932.906	287.607
Contratos bilaterais	80.400	16.668	91.225	15.114
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR PROINFA	10.539.811	1.237.580	10.508.335	951.414
	322.655	86.123	309.703	68.469
Uso do transporte de energia	-	23.714	-	23.897
Outros custos de energia	-	382.126	-	364.426
ONS - Uso da rede básica	-	474.789	-	433.617
CTEEP - Encargos de conexão	-	40.969	-	37.605
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	78.024	-	67.636
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(211.656)	-	(174.432)
Total	13.855.958	2.078.594	13.842.170	1.710.927

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

Em 2012 houve elevação nos custos de energia devido principalmente à elevação do ESS e do custo com disponibilidade da geração térmica, em função do despacho das usinas térmicas que estão operando no patamar máximo, devido aos baixos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Estes custos majorados serão repassados às tarifas dos consumidores a partir do próximo reajuste tarifário, em agosto de 2013. Dada a magnitude desta elevação, sem precedentes no setor brasileiro, a Elektro vem discutindo com a ANEEL e outros níveis do governo, buscando mitigar os impactos para a Companhia.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos com pessoal	212.161	226.659
Gastos com materiais	32.912	32.795
Gastos com serviços de terceiros	106.283	117.059
Outras despesas operacionais líquidas	155.031	228.798
Despesas com arrecadação bancária	15.733	16.548
Aluguéis e Seguros	13.685	15.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	38.728	22.425
Telefonia e telecomunicações	14.900	22.896
Perda na desativação e alienação de bens, líquida	24.121	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores dos serviços e do compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia e compartilhamento de infraestrutura. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 18 de outubro de 2011 com suprimento de energia no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013.

Em função da mudança no controle acionário da Companhia, a AEI America do Sul Holding Ltda. não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011, e a receita registrada até a referida data, referente ao contrato com a AEI, foi de R\$ 81.

De acordo com o CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 7.792 (R\$ 7.844 em 31 de dezembro de 2011), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 6.103 (R\$ 5.785 em 31 de dezembro de 2011) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.689 (R\$ 2.059 em 31 de dezembro de 2011). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações da Iberdrola concedidas pela Elektro (vide nota 24) no montante de R\$ 2.034 no período findo em dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 22.2).

31. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirrisco	872.940	Danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador
Responsabilidade civil administradores	26.250	

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirrisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2012 a 31 de maio de 2013, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2012 a 1º de junho de 2013.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPCs 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidência de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Ativo indenizável (concessão): vide nota 12.1.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de "Swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação "casada" que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de "Swap" contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Nível hierárquico 2.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª emissão de debêntures da Elektro, definida no processo de bookbuilding. Esta é a taxa de juros considerada a mais atualizada do mercado, uma vez que ainda não houve nenhuma negociação da 5ª emissão e da 6ª emissão de debêntures no mercado secundário. Desse modo, a Anbima não divulgou taxas indicativas para as debêntures referidas. As debêntures foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de bookbuilding (valor contábil). Nível hierárquico 2.

Demais ativos e passivos financeiros: Para caixa e equivalentes de caixa nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2012		Avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor de mercado		
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	583.148	583.148	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	667.925	667.925	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	39.535	39.535	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	457.896	457.896	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.748.504	1.748.504		
Passivo				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(425.090)	(425.090)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(283.070)	(283.169)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(456.564)	(456.564)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	91.237	91.237	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(991.860)	(1.005.574)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(16.193)	(16.193)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Total passivo	(2.081.540)	(2.095.353)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

Ver mais detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 12.1.

Em 9 de agosto de 2012, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's definiu o rating da 6ª emissão de debêntures da Elektro e reafirmou o rating corporativo da 4ª e 5ª emissão de debêntures em brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de "Swap" firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 15, a Companhia captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de "Swap", resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual. Nas atividades da Companhia, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Companhia, por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Companhia remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Companhia considerava possuir, em 31 de dezembro de 2012, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

Varição das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2012, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 31 de dezembro de 2012: 7,20%, 5,11% e 5,55% respectivamente, ou no caso da TJLP, a última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, 5,55%; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário provável (*)	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	532.164	Varição CDI	38.345	47.931	57.518
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(123.575)	Varição CDI	(8.897)	(11.122)	(13.346)
Cédula de Crédito Bancário (1)	(365.327)	Varição CDI	(26.304)	(32.879)	(39.455)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(224.978)	Varição CDI	(16.198)	(20.248)	(24.298)
	(181.716)		(13.054)	(16.318)	(19.581)
Ativo Indenizável (2)	457.896	Varição IGP-M	23.398	29.248	35.098
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(199.422)	Varição IPCA	(11.068)	(13.835)	(16.602)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(103.622)	Varição IPCA	(5.751)	(7.189)	(8.626)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(342.332)	Varição IPCA	(18.999)	(23.749)	(28.499)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(9.490)	Varição TJLP	(475)	(593)	(712)
Financiamentos - BNDES	(127.189)	Varição TJLP	(6.359)	(7.949)	(9.539)
Redução (aumento)			(32.308)	(40.385)	(48.461)

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de "Swap" conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Companhia levou em consideração para o cálculo de sensibilidade a variação do IGP-M.

(3) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2012 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,97%.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2012. A partir de 2013, há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos dos leilões de energia existente. Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos, conforme previsto na legislação vigente ou através de cotas estabelecidas na Medida Provisória nº 579/12 e Decreto nº 7.805/12 recentemente publicados.

Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 89 subestações (SE), a automação do comando de 827 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas. Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 16 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 482 km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 9 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de câmbio R\$/US\$ (1)	2,0435	1,8758
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-8,94	-12,58
IGP-M	7,81	5,10
TJLP	5,75	6,00
Selic	8,62	11,76
CDI	8,15	11,62

(1) Cotação em 31 de dezembro.

Conselho de Administração

Presidente
Francisco Javier Villalba Sanchez

Conselheiros

Eduardo Capelastegui Saiz
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Fernando Arronte Villegas

Justo Garzon Ortega
Juan Manuel Eguiagary Ucelay
Luiz Carlos Silva

Diretoria

Marcio Henrique Fernandes
Diretor Presidente

Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

André Augusto Telles Moreira
Diretor Executivo de Operações

Cristiane da Costa Fernandes
Diretora Executiva de Assuntos Regulatórios e Institucionais

João Gilberto Mazzon
Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia

Simone A. Borsato Simão
Gerente Executiva de Controladoria

André Oswaldo dos Santos
Gerente de Contabilidade e Fiscal - CRC 1SP235939/O-7

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 6 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Luís A. Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP